

Planalto quer propor ao Congresso realização de eleições gerais em 88



Izabel Cristina

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O Palácio do Planalto não arquivou a idéia de propor ao Congresso Nacional a realização de eleições gerais (e não apenas presidenciais) em 1988, mas está esperando que cresça, na opinião pública, a receptividade a essa proposta, antes de fazer formalmente o seu lance.

E, pelas primeiras avaliações palacianas, passadas apenas 48 horas da votação do mandato de quatro anos, na Comissão de Sistematização, o resultado é positivo: não só o governador Alvaro Dias (PR), que já havia se pronunciado pelas gerais-88 na segunda-feira, mas também o governador Tasso Jereissati (CE) aprova a tese.

Mais ainda: no empresariado, cresce igualmente a receptividade à realização de eleições gerais em 1988, tese que, antes mesmo da votação de domingo, já fora abraçada pelo vice-presidente da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Nildo Masini.

A reação do empresariado combina perfeitamente com o fato de que o principal ideólogo das gerais-88 tem sido o deputado federal Antônio Delfim Netto (PDS-SP), de conhecidas ligações com amplos setores do empresariado.

Mesmo no Congresso constituinte, a rejeição à idéia é menos significativa do que se supunha, conforme as avaliações que os defensores da tese fazem, com base em dados concre-

tos: a emenda do deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), que propunha eleições para senadores e deputados em 88, junto com o pleito presidencial, obteve 38 votos no domingo, apenas nove a menos do que os 47 necessários para a aprovação.

Mesmo que o Palácio do Planalto mantenha arquivada a tese de propor ao Congresso ordinário emenda constitucional convocando eleições gerais em 88, a proposta pode caminhar pelos trilhos do Congresso constituinte: a liderança do PFL no Senado não desativou os planos no sentido de fazer aprovar, no plenário, emenda que inclua todos os demais pleitos no bolo eleitoral de 1988.

Para o Planalto, a proposta de eleições gerais em 88 já não é uma tática para impressionar os constituintes (a maior parte dos quais obviamente teme se expor a um novo pleito apenas dois anos depois de eleitos). É, acima de tudo, uma vingança contra o corte do mandato do presidente.

De resto, a estratégia palaciana parece confinada ao plano das vitórias, desfeitas aparentemente as esperanças de reverter em plenário o parlamentarismo e os quatro anos.

Havia, até domingo, a intenção de mexer em escalões mais altos, para golpear Ulysses Guimarães, o presidente do PMDB, mas a idéia está ao menos provisoriamente arquivada, ante a internação de Ulysses no Incor.

VIÚVA DE EX-PRESIDENTE VISITA SARNEY

O presidente José Sarney recebeu ontem a viúva do ex-presidente de Angola Agostinho Neto, Maria Eugênia Silva Neto, 57, que está no Brasil para a fundação da Associação Cultural e de Amizade Agostinho Neto, em São Paulo. Maria Eugênia, que é escritora de livros infantis, conversou com o presidente durante trinta

minutos, sobre literatura brasileira, portuguesa e angolana. O presidente Sarney recebeu um dos livros do ex-presidente angolano Agostinho Neto como presente (foto), e retribuiu com uma edição do livro "Maribondos de Fogo", de sua autoria.

Fiesp não assume tese de Masini de renúncia de Sarney

Da Redação da Folha

De acordo com Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 47, primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as declarações do empresário Nildo Masini, um dos dezessete vice-presidentes da entidade, pedindo a renúncia imediata do presidente José Sarney e a convocação de eleições gerais para março de 1988 são de caráter absolutamente pessoal, não representando a posição da Fiesp.

Segundo Nildo Masini, que acredita estar expressando a opinião da maioria de seus colegas empresários, para se evitar que o próximo presidente assumira um país com situação econômica "deteriorada" a solução seria a renúncia de Sarney e a convocação de eleições em todos os níveis no ano que vem. "Temos um governo fraco e um presidente que não governa. Então, o melhor é esperar o mínimo possível para pôr a casa em ordem", disse.

Durante o período entre a renúncia e a eleição o país seria governado pelo presidente da Câmara. O Congresso constituinte seria suspenso e posteriormente retomado pelos parlamentares recém-eleitos, não necessariamente com a finalidade exclusiva de elaborar a nova Constituição do país. Com essas propostas, Masini acredita que se evitaria uma Constituição "repleta de casuísmos, como a que está sendo elaborada hoje, dentro de um clima de total intranquilidade econômica".

Tese pessoal

Comentando ontem a opinião de Masini, Moreira Ferreira afirmou que é um pensamento totalmente pessoal, que não reflete o posicionamento da Fiesp. Disse também que a renúncia de Sarney não foi comentada na reunião de segunda-feira, "se o assunto não foi discutido é porque outros problemas de natureza econômica estão preocupando fortemente os empresários".

Roberto Della Manna, 49, diretor do departamento de Cooperação Sindical da Fiesp, que esteve presente na reunião, afirmou: "Eu não posso opinar nem sugerir ao presidente o que ele deve fazer. Acho que a Constituição, seja ela qual for, deve ser respeitada. Se esse governo foi eleito para seis anos e posteriormente o Sarney reduziu espontaneamente para cinco anos, isso deveria ser respeitado".